



África em debate

Patrimónios Africanos

Entre a tradição e a informalidade: A Arquitectura popular em São Tomé e Príncipe

Ana Silva Fernandes*

Manuel Fernandes de Sá**

Rui Fernandes Póvoas***

p. 201-223

A noção de *tradição* enquanto conceito dinâmico surge, no campo da arquitectura, na obra de diversos autores de compilações de arquitectura vernacular (Oliver, 1998; Guindani, Doepper, 1990; Rudofsky, 1987) e de interpretações do seu papel na contemporaneidade (Asquith, Vellinga, 2006: 7). Constitui assim um processo criativo baseado numa síntese do legado do passado, das tecnologias do presente e das aspirações para o futuro:

“A tradição não é necessariamente obsoleta nem é sinónimo de imobilismo. Além disso, não tem obrigatoriamente de ser antiga, mas pode muito bem ter sido constituída recentemente. De cada vez que um trabalhador se depara com uma nova dificuldade e encontra formas de a superar, está a dar o primeiro passo rumo à constituição de uma tradição. Quando outro trabalhador decide adoptar a mesma solução, a tradição progride. E quando um terceiro trabalhador procede do mesmo modo e dá o seu contributo, a tradição está praticamente estabelecida.” (Fathy, 2009 (1973)).

Esta abordagem defende que, se por um lado a *tradição* carrega uma herança de meios, mecanismos e conhecimentos de gerações antecedentes, também se traduz num processo em permanente reinvenção e ininterrupta mutação. Da mesma forma, também não surge como uma noção consensual nem homogénea, mas antes uma construção, real ou ficcionada, profundamente enraizada no grupo social em que se insere, dele dependendo a sua legitimação e estabilidade. Enquanto processo e forma de expressão, a *tradição* deriva não só da depuração de soluções em resposta directa a necessidades funcionais, condicionantes e recursos (materiais, económicos, técnicos) mas também de respostas simbólicas (aspirações sociais, materiais, poéticas). Nem sempre representa uma solução ideal, mas antes o compromisso ou a resposta possível, no contexto e com os meios disponíveis. O seu saber é maioritariamente empírico ou de transferência, na manipulação directa ou muito próxima dos materiais, e através de referências de fontes

* Investigador do CEAU-FAUP - Arquitecta, Doutoranda da FAUP.

** Investigador do CEAU-FAUP - Arquitecto e Urbanista, Professor Catedrático da FAUP.

*** Investigador do CEAU-FAUP - Engenheiro Civil, Professor Associado da FAUP.

diversificadas (coerentes ou descontextualizadas), no que se aproxima da noção de *bricoleur* de Levi-Strauss (1962, p. 26).

Num mundo cada vez mais globalizado e interdependente, hipermoderno, onde referências e influências se mesclam e onde também as construções sociais se fragmentam, a noção de tradição não pode senão reflectir essa condição de multiplicidade, de assimilação e de miscigenação. Propõe-se portanto, nesta leitura, uma noção mais abrangente: não se procura “uma” tradição, mas antes “tradições” (velhas e novas). Neste estudo irão apresentar-se interpretações possíveis em torno de padrões (recorrências), possíveis relações (especulações), fenómenos (estratégias), movendo-se no campo das hipóteses, para gerar a discussão de caminhos futuros. A habitação é aqui analisada enquanto testemunho de sucessivas estratégias e influências, encarando o espaço como uma chave de leitura dos sucessivos processos de mutação que sobre ele tomaram lugar:

“(...) tradição é a riquíssima experiência espontânea dos construtores do povo de cada região, como é também a aculturação sofrida pelos estilos eruditos ao contacto do solo nacional, como ainda os valores sucessivamente impressos nas mais marcantes renovações urbanas das nossas cidades. As fontes, ou pontos de referência, podem pois ser diversos na sua origem histórica mas encontrarem-se espacialmente justapostas” (Portas, 2005, p. 23).

O contexto de São Tomé e Príncipe é paradigmático desta sobreposição e assimilação de referências, usando-se portanto aqui esse caso de estudo como base para a reflexão em torno da análise do ambiente construído, do que ele permite interpretar tanto de heranças como da actualidade.

Conceitos e expressões

O primeiro problema que se coloca na análise das tradições, do conhecimento endógeno, e das construções e espaços por eles gerados, consiste nos próprios conceitos de definição. Etimologicamente, *tradição* provém do latim *traditione*, e é descrita como “*acto de entregar, transmitir; entrega, transmissão, ensino; relação, narrativa, menção*” (Machado, 1989, p. 321) sendo assim definida como um processo de passagem: de conhecimento, rituais, ou símbolos. A repetição surge portanto como um tributo, a valorização de uma referência herdada. Já outras fontes definem a *tradição* como “*via pela qual os factos ou os dogmas são transmitidos de geração em geração sem mais prova autêntica da sua veracidade que essa transmissão*” (Priberam, 2011) numa perspectiva que parece anular qualquer acção, contributo ou reflexão dos sucessivos agentes que a manipulam.

No campo da Arquitectura, a concepção de *tradição* e o estudo de tipologias tradicionais também não possuem uma delimitação clara. Procura-se, constantemente, uma forma de referir o conjunto de construções que, por oposição, são definidas como não sendo de autor especializado, não sendo monumentais nem de excepção, nem sendo de influência externa; mas nem o universo nem os conceitos de definição encontram um caminho consensual.

O termo *vernacular* (ou *vernáculo*), decorrente do latim *vernaculus* (sinónimo de nativo), é preferido essencialmente no contexto anglo-saxónico, e surge como relativo ao local de origem, sendo aplicado no contexto da arquitectura para sintetizar o grupo de construções

que são tidas como “*próprias do lugar*” (Guindani e Doepper, 1990, v), também denominadas *anónimas, indígenas, populares* ou *tradicionais* (Oliver, 1998, p. xxi)¹.

A caracterização é sempre complexa, e cada definição acarreta uma incorrecta delimitação de objectos ou uma interpretação de carácter pejorativo (*idem, ibidem*): o termo de *arquitectura indígena* não reflecte na totalidade os agentes que a materializam; *anónima* aparece secundarizada como contraposição a uma “arquitectura de autor”; *espontânea* parece incorrectamente apontar para uma inconsciência do acto de construir; ou *popular* para a exclusividade de um grupo social ou de uma suposta “não-erudição”. A expressão de *arquitectura sem architectos* aparece em Rudofsky (1987) explicitada como “arquitectura sem pedigree”, numa crítica à preponderância da obra de autor na Arquitectura.

Mais recentemente, o termo de *arquitectura informal*, relacionado com a intensa urbanização que tem originado extensas áreas de assentamentos que remetem para um contexto de precariedade², principalmente em países em desenvolvimento, é por alguns conotado com um “*neo-vernacular*” (*idem, ibidem*, p. xxii). Esta comparação surge da partilha com a construção tradicional de algumas características de produção: técnicas menos especializadas ou industrializadas de construção (por vezes até rudimentares), uma maior proximidade entre o utilizador e o construtor (micro-empregadas ou auto-construção), transmissão informal de conhecimentos e o uso de recursos de acessibilidade local (ainda que de produção externa).

No contexto que adiante se apresenta - São Tomé e Príncipe - parte substancial da construção corresponde à sobreposição de tradicional e informal, de efémero e precário (Fig. 001), numa mistura onde a distinção de traços se torna complexa.

Para o estudo deste universo, opta-se então pela definição de *arquitectura popular*, reflectindo não só o contributo da *população* - o seu envolvimento directo na iniciativa de construção - mas também a sua *popularidade* - no sentido de preponderância destas tipologias e estratégias de construção. Será abordada a arquitectura popular são-tomense nas vertentes tanto de interpretação da sua génese (eventuais influências e miscelagens) como de caracterização (análise).



Fig. 001 - Arquitectura popular, Neves, Ilha de São Tomé.

Identities: do Ultramar Português à afirmação da identidade

“*A arquitectura vernacular é uma invenção do século XIX*”.

(Nezar AlSayyad, in Asquith, Vellinga, 2006, p. xvii)

1 “*Vernaculaire: terme consacré actuellement par l’usage dans le sens de propre au lieu. Plus ou moins synonyme de l’architecture dite sans architectes, spontanée, indigène, rurale, primitive, anonyme*” (Guindani e Doepper, 1990, p. v). “*Vernacular architecture is now the term most used to denote indigenous, tribal, folk, peasant and traditional architecture*” (Oliver, 1998, p. xxi).

2 A ideia de “informalidade” nas áreas de expansão urbana prende-se essencialmente com a precariedade dos assentamentos: não só ao nível legal e de propriedade (usualmente por irregularidades na situação fundiária ou sem posse do terreno onde se implanta), como também pelas características da construção em si (tendencialmente de carácter mais efémero ou instável, ou sem aprovação regulamentar da sua edificação).

O problema da identidade aflora na Europa com o Romantismo, direccionando a historiografia para uma vertente mais antropológica, onde a valorização do papel do indivíduo no mundo é investigada através dos seus comportamentos, actos e aspirações. A Antropologia, a Sociologia e outras ciências sociais ganham espaço na investigação científica, impulsionadas pela discussão e controvérsia em torno do evolucionismo.

A definição de uma identidade colectiva, enquanto ideal ou caracterização de uma comunidade, região ou nação, surge como uma tarefa a empreender para o fortalecimento da união dos indivíduos que a constituem, e demonstração de capacidade e valor. Para este fim, é direccionado um crescente investimento no estudo, clarificação e documentação de elementos que possam contribuir para a caracterização e especificidade colectiva: florescem os estudos etnográficos, tanto nos territórios nacionais como através de expedições em territórios desconhecidos³. No Ultramar Português, o interesse pelo conhecimento científico dos territórios ultramarinos materializa-se nas diversas áreas científicas, através de missões de Geodesia, Geografia, Hidrografia ou Antropologia (Martins e Albino, 2010). Dentro do estudo etnográfico, a casa tradicional vai ganhando alguma visibilidade enquanto testemunho e artefacto cultural, e enquanto revelador de traços socioeconómicos. Na década de cinquenta do século XX, essa visão assume também maior preponderância na área disciplinar da Arquitectura, materializando-se no extenso projecto de Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, publicado em 1961. A maior atenção dedicada à arquitectura popular, tanto no contexto interno como nos territórios ultramarinos, parece indicar não só a compreensão do seu papel enquanto herança cultural, mas principalmente enquanto mecanismo de construção identitária.

Nos territórios colonizados, a definição e construção da identidade pós-independência, constitui uma necessidade ainda mais premente. Em especial no contexto africano, onde a intervenção colonial deixou também um legado de extensa destruição cultural: a desestruturação familiar e comunitária, a intensa exploração de recursos, ou a austeridade da organização social, originaram grandes conflitos e privações numa extensa parte da população, num processo de *alienação*⁴ identitária. O contraponto passou pela ideia de *pan-africanismo* - âncora na afirmação das novas Nações Africanas, um mecanismo de união e um "*antídoto da colonização*"⁵ - materializado nas redes de ligação e cooperação, assim como na valorização da extensa diversidade geográfica e cultural. No entanto, o alargamento destas visões para o reconhecimento de uma multiplicidade de afiliações identitárias⁶ constitui um processo essencial na construção de um mundo multicultural, que valorize e aceite diferentes memórias, rejeitando a perspectiva singular, "*o perigo da história única*"⁷. E, neste contexto, a arquitectura popular adquire também esse estatuto de assimilação e de ferramenta de afirmação cultural múltipla.

3 O retrato do 'selvagem' insere-se na construção da identidade da sociedade colonizadora "*as representações míticas do "selvagem" impenetrável só adquirem sentido quando referidas às leituras contraditórias que as sociedades desenvolvidas produziram de si próprias - o que explica que 'o selvagem' ora seja apresentado como um ser pacifista, gentil e corajoso, ora como um ser belicista, arrogante, ignorante e preguiçoso.*" (Figueiredo e Costa, 2009, p. 22).

4 Frantz Fanon tem uma extensa produção sobre estas questões da identidade (Fanon, 2001 (1961)), e Renate Zahar reflecte também sobre este tema, debruçando-se sobre a obra de Marx e de Fanon (Zahar, 1976).

5 Coquery-Vidrovitch, 2005, p. 4.

6 Amin Maalouf defende esta abordagem múltipla (2000).

7 Chimamanda Adichie, in <http://www.ted.com>.

A Arquitectura Popular em São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe: contextualização e trabalho em curso

A ocupação humana em São Tomé e Príncipe obedeceu a diferentes estratégias territoriais, relacionadas com os ciclos económicos da sua colonização e com radicais mudanças políticas e socioeconómicas (Fig. 002).

A primeira abordagem terá sido através da implantação maioritariamente costeira dos engenhos do açúcar (Fig. 002a) no final do século XV e durante o século XVI (Henriques, 1989), onde grande parte da mobilidade se processa por trajectórias marítimas, permitindo a ocupação de um território desconhecido com um investimento limitado a nível de infra-estruturas. A demarcação da propriedade por talhões perpendiculares à costa (Tenreiro, 1956, p. 26), numa colonização do litoral para o interior, constitui reflexo não só da importância estratégica da faixa costeira no transporte de mercadorias, como também da insegurança do interior da ilha, exílio de escravos fugidos das plantações coloniais.

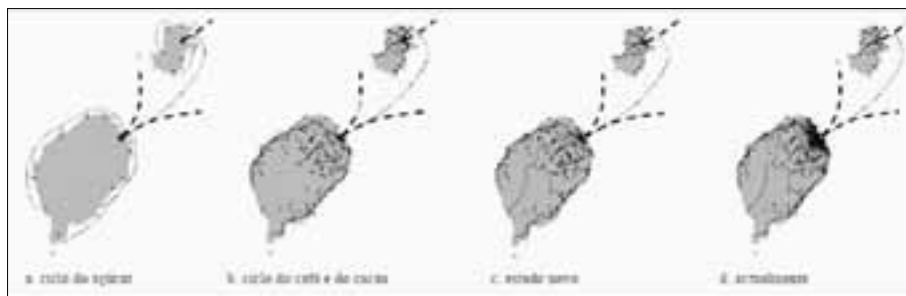


Fig. 002 - Representação esquemática da ocupação das ilhas de São Tomé e Príncipe: (a) ciclo do açúcar com implantação periférica de engenhos; (b) ciclo do café e do cacau com a ocupação pontual por roças; (c) a redefinição administrativa e os planos de urbanização modernistas; (d) o actual crescimento urbano.

Mas a descoberta do Brasil e as oportunidades de investimento assim geradas, retiram importância estratégica ao pequeno arquipélago, produzindo o abandono de grande parte das estruturas coloniais. Este *vazio colonizador* permitiu a multiplicação de *micro-assentamentos* de origem popular e de miscigenação: escravos fugidos e provenientes maioritariamente de diversas etnias do continente africano, descendentes de contratados nascidos nas ilhas (*tongas*), escravos libertos e descendentes de portugueses e escravas entretanto aforrados (*forros*), ou da pequena comunidade de pescadores (*angolares*)⁸.

No início do século XIX, com o ciclo do café e a introdução da planta do cacau, recomeça o povoamento colonizador e a manipulação do território, intensamente rasgado (“roçado”) para albergar novas plantações de culturas extensivas, e marcado pelos seus complexos agrícolas - *roças* - de secagem e preparação dos produtos para comercialização (Fig. 002b). Estes conjuntos assemelham-se a micro-cidades⁹, planeados para facilitar a sua autonomia em relação ao exterior e para a optimização de funções e do trabalho, verificando-se em

8 Existem diversas hipóteses relativamente à origem da pequena comunidade piscatória dos Angolares: serem sobreviventes do naufrágio de um navio negreiro vindo de Angola ou escravos fugidos de engenhos de açúcar coloniais, embora a segunda opção seja considerada a mais provável (Nascimento, 2008: p. 27; Seibert, 1998, p. 1).

9 José Manuel Fernandes descreve as roças como contributo para uma “rede proto-urbana” (Fernandes, 2005, p. 37).

muitos dos complexos a existência de infra-estruturas e equipamentos (hospital, creche, oficinas, e algumas até rede ferroviária interna). Neste período, coexistem já dois sistemas e escalas em paralelo: por um lado a rede de plantações e complexos agrícolas de maximização da produtividade, e por outro as pequenas propriedades familiares de subsistência. As décadas de 1950 e 1960 testemunham uma mudança na estratégia de construção da Nação Portuguesa, com alguma abertura do regime do Estado Novo ao mercado externo e um acentuado investimento em áreas como a indústria e as infra-estruturas, através de planos de fomento e obras de envergadura, nomeadamente no plano hídrico e de urbanização. Neste contexto, São Tomé e Príncipe não é excepção: à sua reduzida escala, o seu território é reorganizado e são redesenhados núcleos populacionais, materializando uma nova ordem ultramarina (**Fig. 002c**). Os planos de urbanização realizados para as cidades de São Tomé, Santo António e para cinco núcleos administrativos (Neves, Guadalupe, Trindade, Santana e Angolares), investem essencialmente numa matriz em torno do centro cívico, com equipamentos colectivos e loteamentos para habitação, envolvendo o desenho de tipologias de habitação destinadas não só a funcionários coloniais, como também ao realojamento de populações indígenas. No entanto, estes planos não seriam totalmente implementados: iniciavam-se movimentos independentistas nas províncias ultramarinas, cuja contenção exigia a concentração da Nação.

A independência dos novos Estados Africanos em 1975 interrompeu este processo de reformulação, e o alinhamento socialista da nova liderança introduz a nacionalização das terras, que abarca cerca de oitenta e seis por cento da área total do território (PNUD, 2008, p. 54). A este processo seguiu-se a reforma agrária, doze anos mais tarde, que introduz a redistribuição de terras pelos antigos trabalhadores e portanto a adaptação dessas propriedades a novos desafios. Nestas circunstâncias, as roças de São Tomé e Príncipe sofrem processos de apropriação, em que os complexos edificados são adaptados a novas formas de organização social e funcional, como novas e improvisadas aldeias, onde algumas propriedades fundiárias são subdivididas em talhões de reduzida escala. Na sequência do abandono, pelos colonos, das estruturas construídas, a capital aumenta a sua atratividade, concentrando mais oportunidades ao nível de cargos públicos e de actividades económicas, o que se traduz num intenso crescimento urbano. Na actualidade, o território alberga traços das sucessivas lógicas que lhe foram impostas, num modelo territorial híbrido, onde se conjugam economias de diferentes escalas, heranças e apropriações, abandonos e novas edificações. Acentuou-se a urbanização, embora não se tenham diluído as assimetrias entre o edificado consolidado e a ocupação dispersa da micro-escala constituída pelas pequenas edificações de madeira.

Miscigenação e complexidade: a coexistência de várias escalas e lógicas

“(…) estamos em presença de duas formas diferentes de ocupação do solo: uma, que se traduz essencialmente através de um povoamento disperso, a que corresponde um tipo de economia simples; outra, que se filia numa ocupação mais ou menos permanente, mas mais vigorosa através das plantações de produtos lucrativos – a roça. Por um lado, mais longa e estável permanência no solo, se bem que represente uma fugaz imposição do homem às condições ambientais – as casas e as plantações mal sobressaindo do conjunto natural; por outro, um retalhar brutal que se traduz em marcas vincadas na terra, se bem que pela sua própria estrutura se retraiam ou expandam em função duma actividade lucrativa” (Tenreiro, 1961, p. 123).

Em 1961, Francisco Tenreiro descrevia já esta convivência entre as grandes estruturas agrícolas e as pequenas propriedades de subsistência (**Figs. 003-004**). A sua génese será, provavelmente, secular: o vazio entre colonizações (sécs. XVII e XVIII) potenciou o fortalecimento de um povoamento disperso de reduzida escala, que a segunda colonização não reprimiu, conjugando distintas lógicas de ocupação.

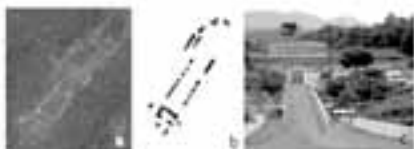


Fig. 003 - Roça Agostinho Neto, São Tomé. (a) imagem de satélite [GoogleEarth© 2010], (b) edificado, (c) fotografia.



Fig. 004 - Arquitectura popular (rocinha), Cidade de São Tomé. (a) imagem de satélite [GoogleEarth© 2010], (b) edificado, (c) fotografia.

A Carta de S. Tomé de 1958, reportando à Missão Hidrográfica de Angola e São Tomé de 1957, testemunha também esta coexistência, apontando os povoados “indígenas”, que são reconhecíveis não apenas por uma representação específica¹⁰, mas também pela sua reduzida escala e pulverização pelo território, em contraponto com a aglomeração do centro urbano e das roças (**Fig. 005a**). Existe um distanciamento e um descolamento entre esses tipos de assentamento, que se reflecte na escala, na economia e nos próprios sistemas de conectividade. A contemporaneidade testemunha a perenidade desta coexistência, embora se intensifique o nível de complexidade: o sistema deixa de ser dual, para introduzir novas tipologias de assentamento: urbanizações e loteamentos, habitações isoladas, pequena indústria, construções periféricas (**Fig. 005c**). A mancha urbana estende-se no território, e as áreas de expansão ancoram-se na rede viária e na ocupação de espaços intersticiais.

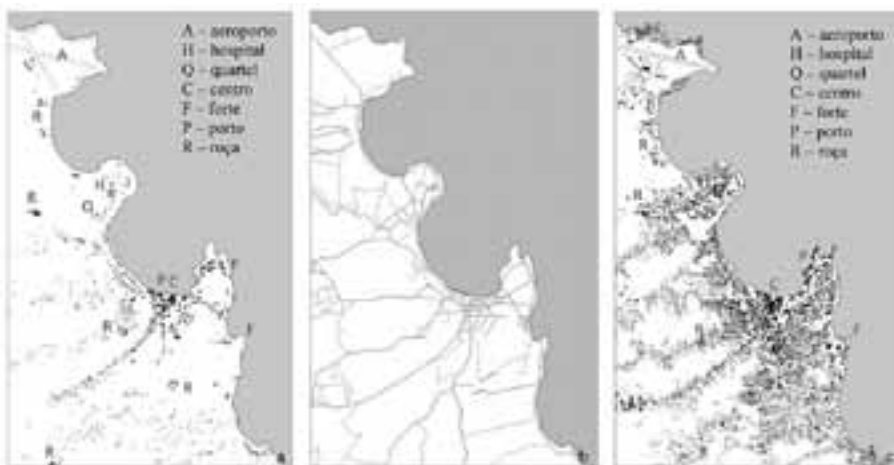


Fig. 005 - Cidade de São Tomé: (a) edificado no final da década de 1950, (b) estrutura viária, (c) edificado em 2010 [com base na Carta à escala 1: 25 000 de 1958 e imagens de satélite obtidas através de GoogleEarthPro, 2010].

¹⁰ Esta edificação de micro-escala aparece legendada como “palheiros ou casas do tipo indígena” (Carta de São Tomé, 1958).

Arquitectura popular são-tomense

Existe arquitectura tradicional são-tomense? Em que consiste a arquitectura popular? Em São Tomé e Príncipe, a questão da existência de uma arquitectura tradicional coloca-se de forma muito específica. Este território, provavelmente desabitado anteriormente à colonização (Tenreiro, 1953, p. 219, sendo a possibilidade da existência de população debatida em Nascimento, 2008, p. 27, e Seibert, 1998, p. 1), acolheu novos habitantes de variadíssimas proveniências: colonos portugueses, judeus, castelhanos, franceses, genoveses e escravos de diferentes locais do continente africano (Tenreiro, 1953, p. 222). Uma política colonial de miscigenação, ainda que possa ter mantido algumas das estruturas familiares¹¹, introduziu a crioulaização, a ruptura de anteriores laços e hierarquias comunitárias ou tribais, obrigando à reconstrução individual e colectiva de tradições e identidades. Nestas circunstâncias, a assimilação de novos contributos que complementem a ruptura na transmissão geracional de conhecimento poderá ser um mecanismo de extrema relevância, através da influência e mistura de referentes e afiliações, da reinterpretação e assimilação de conhecimentos de proveniências variadas (implicando até o desconhecimento da sua origem). As construções populares em São Tomé, moldadas pelos ciclos económicos, pelo limitado espaço de desenvolvimento e pela estratificação social e étnica dos seus operadores, são dotadas de características cuja origem é difícil de determinar, mas que poderão sugerir interpretações. Esta tarefa é dificultada pela crescente urbanização do território, a marcante ocidentalização do continente africano e a pronunciada escassez de recursos económicos, pelo que a mistura entre tradicional e informal se torna por vezes indistinguível.

As tipologias dominantes de arquitectura popular apresentam características relativamente recentes, havendo algum desfasamento entre particularidades descritas nos registos bibliográficos e os exemplares recentemente observados, o que aponta para a dinâmica do processo.



Fig. 006 - Exemplo de miscigenação. Riboque, São Tomé, 2010.

Registos e documentação

“To a large extent we have to rely for information on the earlier history of building types in Africa on surviving examples, on deductions from types presently in existence, and from the writings of western explorers, travelers and missionaries” (Oliver, 1978, p. 7).

O domínio da descrição e documentação de arquitectura “indígena” terá integrado primordialmente observações de carácter generalista e de interesse antropológico. A transição para um estudo mais extensivo e detalhado, aproximando-se de uma abordagem sistematizada, é herdeira do contributo das missões científicas coloniais, em especial do ramo da Antropologia (em que a casa surge como um artefacto cultural), antes das quais é difícil encontrar testemunhos que não sejam marcados por um forte juízo crítico e de valor, moldado pela conjuntura temporal e os ideais da época ou postura ideológica em que se inserem. As discussões em torno da

¹¹ Nas descrições de época, os escravos eram descritos como organizados em casais, oriundos do Benim, da Guiné e do Congo (citando um piloto português anónimo do século XVI, in Tenreiro, 1953, p. 226).

abolição da escravatura, assim como a ideia da consolidação dos direitos sobre territórios colonizados através do conhecimento científico, geram um crescente investimento na investigação e documentação das diferentes vertentes que caracterizam o espaço e as populações das colónias. Embora possam existir outras descrições da arquitectura “indígena” em São Tomé¹², encontram-se descrições de um piloto português anónimo do séc. XVI¹³ (Tenreiro, 1953; Albuquerque, 1989), assim como registos meticulosos nos estudos de Francisco Tenreiro (1961). A primeira referência aponta já as casas da Povoação como sendo “*construídas em madeira, de forma quadrangular e cobertas com tábuas e ervas*”, em que quatro troncos eram cravados no solo, sobre os quais se elevava “*um sobrado com tábuas atadas a uma e outra ponta*”. Tenreiro interpreta já essa elevação como a tentativa da população residente procurar “*defender-se dos mosquitos e também, sem dúvida, da humidade*.” (1953, p. 224). Em obra mais recente, esta “*poalha de casas dispersas por entre a vegetação*” (Tenreiro, 1961, p. 113) é descrita em maior detalhe e segundo tipologias de edificação, apontando um primeiro tipo mais tradicional com as características de ser “*de traça quadrangular, assentar em estacaria e inteiramente construída de elementos vegetais - tabuado, palha, nervura e andalas¹⁴ de certas palmeiras*.” A sua construção seria realizada com “*boas madeiras, como a de jaca, quina e pau-ferro, que constituirão a estacaria e o esqueleto, que, depois de devidamente travado por paus colocados na diagonal, será forrado de tabuado, deixando somente aberturas destinadas às janelas e à porta*”. Tenreiro refere ainda a escada exterior, a cozinha usualmente térrea em anexo e o telhado, que “*é de duas águas e uma das suas abas é puxada à frente, de forma a constituir uma câncara, com inclinação inferior à do telhado, que cobre uma pequena varanda*”. Menciona ainda que nas casas de traçado mais complexo a varanda pode circundar a casa e o telhado ganhar quatro águas.

Um segundo tipo, mais simples e atribuído aos pescadores da ilha, é descrito como sendo também quadrangular, construído com os mesmos materiais, com cobertura de andala, e sendo “*térreas, muito frágeis e com uma só divisão*”. A cozinha seria também em anexo, ou até inexistente (*idem ibidem*, pp. 123-126).



Fig. 007 - Habitações de indígenas retratadas por Tenreiro [1961, estampas XXV (a), XXVIII (b) e XXXIV (c)].

Adicionalmente, as descrições mencionam não só uma ocidentalização das construções¹⁵ como também já uma “informalização” das edificações mais pobres¹⁶: “*a invasão da chapa*

12 Estando a investigação em curso, considera-se possível que ainda não tenham sido esgotadas as fontes de informação relativamente a registos da arquitectura popular em São Tomé e Príncipe.

13 In *Navegação de Lisboa à ilha de S. Tomé por um piloto português*, Colecção de notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas, 2.º tomo, 1821 (citado em Tenreiro, 1953, p. 219). Este registo é também transcrito e comentado por outros autores (Albuquerque, 1989).

14 *Andalas* consistem nas folhas de certas árvores: “*O coqueiro, a palmeira-leque e principalmente a palmeira-do-azeite fornecem as andalas, com que se constroem os telhados*” (Tenreiro, 1961, p. 124).

15 “*A europeização neste sentido é profunda. Quer a gente mais pobre, quer os mais abastados, procuram rodear-se de um conforto cujos paradigmas são portugueses*” (Tenreiro, 1961, p. 125).

16 Luís D’Assumpção Velho assinala já em 1907 a existência de folha de zinco nas colónias portuguesas (1907, p. 102).

ondulada de zinco, menos saudável mas mais resistente, substituiu quase que por completo, nos arredores da cidade e nas vilas, a cobertura tradicional. Os mais pobres, integrados naquilo a que se chamou já a «civilização do bidão», utilizam ainda na cobertura toda a sorte de lataria velha» (Tenreiro, 1961, p. 124). As referências realçam ainda aspectos adicionais que contribuem para a caracterização da habitação, como a agricultura de subsistência enquanto causa de dispersão pelo território, ou a poligamia¹⁷ e a tardia delimitação fundiária enquanto factores de efemerização da casa e dos assentamentos.

Pesquisa e identificação de tipologias antigas

Um dos elementos da pesquisa em curso consistiu na identificação de exemplares mais antigos em São Tomé (Figs. 008-011).



Fig. 008 - Exemplar mais depurado, Vila Fernanda, Cidade de S. Tomé.



Fig. 009 - Exemplar de dois pisos, Ponte da Graça, Cidade de S. Tomé.



Fig. 010 - Exemplar térreo, Riboque, Cidade de S. Tomé.

¹⁷ A estrutura familiar poligâmica é dada como factor de impermanência: *“constituindo-se em perfeitas tribus nómadas, dezamparavam hoje a casa que hontem construíram, abandonavam a família e seguiam para os mattos, onde sempre encontravam a alimentação de que careciam”* (Negreiros, 1895, pp. 136-137).

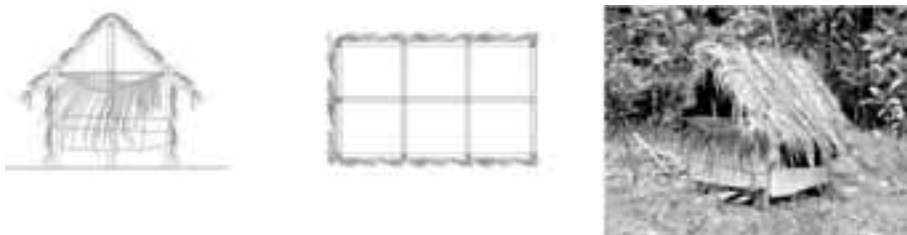


Fig. 011 - Abrigo de mato, Zona Sul, Ilha de S. Tomé.

Esta identificação foi solicitada junto dos habitantes da vizinhança, procurando que apontassem as construções de mais extensa presença na memória. Naturalmente que não foi possível datar estes exemplares, existindo apenas algumas referências geracionais ou de marcos temporais: a construção da Fig. 008 existiria já em 1928 como testemunham os seus herdeiros, e a Fig. 009 foi apontada como pertencente ao bisavô do entrevistado.

As características destas construções coincidem com as descrições encontradas nas referências bibliográficas anteriormente referidas, correspondendo a diferentes tipos e investimentos, de acordo com os seus habitantes e com os seus propósitos funcionais.

Pesquisa de tipologias, padrões e recorrências na actualidade

Em paralelo, foi também realizado um estudo das construções populares de uma área delimitada na zona de Ponte Graça/Riboque, na cidade de São Tomé (Fig. 012), com a intenção de criar uma leitura panorâmica do ambiente construído e das tipologias actuais. Esta fase, baseou-se assim no levantamento de uma amostragem de edificações, aproximadamente duas centenas, concentrando-se um conjunto de parâmetros que incidem nas características morfológicas, e que se pretende alargar a outros campos.



Fig. 012 - Edificações estudadas, Ponte Graça / Riboque, São Tomé: (a) localização; (b) pormenor da área.

Definiram-se então critérios relativos à volumetria e configuração das construções (Fig. 013b, como a relação com o solo, o material estrutural, a cobertura e o material de revestimento das paredes), procedendo-se a uma leitura destes parâmetros nas construções (Fig. 013a, organizada numa grelha que surge em tamanho reduzido na Fig. 014a). Fez-se então corresponder cada

linha vertical a uma construção (numerada na **Fig. 013a**, com os exemplos de 1 a 5) onde se preencheram as características de cada edificação. A posterior organização dos exemplares segundo semelhanças (trocando a ordem das construções para agrupar as que reúnem características semelhantes) originou indícios de grupos tipológicos, com impactos e recorrências distintos.

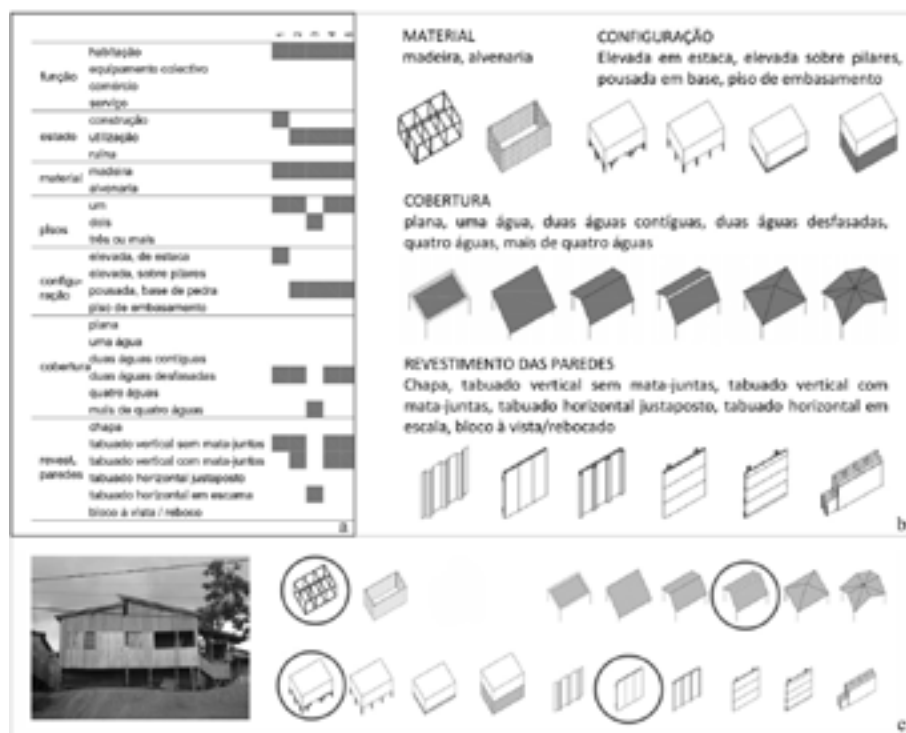


Fig. 013 - Esquema da análise de tipologias de construção popular em São Tomé: (a) exemplo da grelha onde se apontam as características das construções estudadas, (b) critérios utilizados nesta fase de estudo, (c) exemplo de aplicação desta leitura de tipologias.

Este primeiro teste ilustra a extensa preponderância das construções em estrutura de madeira, indicando algumas combinações recorrentes (**Fig. 014**), em que a cada cor corresponde um determinado grupo de atributos (**b1 a b5**). Conforme se pode ver no diagrama, o conjunto de tipologias construídas integralmente em madeira e elevadas do solo - **b1**, **b2** e **b3** - corresponde a cerca de metade da amostra, dando uma ideia da sua recorrência no conjunto. Com o seguimento do estudo em curso, pretende-se relacionar estas características com aspectos socioeconómicos e realizar análises comparativas.

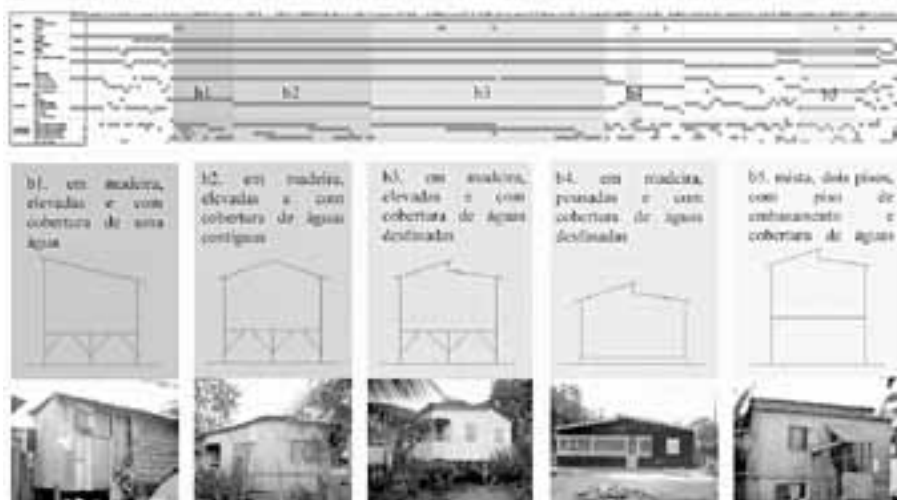


Fig. 014 - Esquema de levantamento de edificações populares no Bairro do Riboque, cidade de São Tomé: (a) grelha de construções, onde surge à esquerda numa moldura a listagem dos critérios de análise apontados na Fig. 013. (b1, b2, b3, b4, b5) tipologias de construção com respectivas características, esquema e fotografia, estabelecendo a correspondência com as manchas apontadas na grelha.

Algumas interpretações: indícios de resiliência, características e funcionalidades

Paralelamente à tentativa de caracterização de grupos morfológicos, a análise qualitativa passa também pela identificação de aspectos que possam auxiliar a leitura das estratégias de edificação, necessidades específicas e soluções adoptadas no contexto da arquitectura popular, de que se salientam algumas características.

(i) *Núcleo funcional*. Em grande parte das construções estudadas, o espaço edificado resume-se apenas aos compartimentos de dormida e convívio familiar, sendo as restantes funções libertadas para o exterior da habitação: o acto de cozinhar desenvolve-se com frequência no exterior (sob a habitação quando a elevação do solo o permite), o saneamento toma lugar em pequenas construções autónomas ou no exterior, e a higiene pessoal é remetida para o curso de água mais próximo. A vivência do espaço exterior é intensa, quer como forma de colmatar as necessidades que a habitação não assegura, quer pelas exigências do clima tropical.

(ii) *Incrementalidade*. A casa surge também como processo progressivo que acompanha as oscilações económicas e familiares, adaptando-se tanto a novas exigências como à capacidade financeira para a materializar essa expansão (**Fig. 015**).



Fig. 015 - Esquemas de dois processos de expansão da habitação, com base nos exemplos observados e nas entrevistas realizadas na área de Ponte Graça/Riboque, Cidade de São Tomé.

(iii) *Elevação do solo*. A suspensão do espaço habitável, libertando-o do solo, constitui uma solução adoptada com frequência e que Tenreiro já descreve em 1961, atribuindo-a às condições de implantação “*por a maioria do casario inicial se ter levantado em região baixa e pantanosa na época das chuvas*” (1961, p. 124)¹⁸. A necessidade de ventilação exigida pelo clima tropical, pela protecção relativamente a animais (principalmente répteis ou parasitas), pela protecção da madeira face às agressões climatéricas e biológicas e pela possibilidade de expansão do espaço usado, constitui uma mais-valia da elevação da construção ao solo (Fig. 016).



Fig. 016 - Esquemas de duas vantagens na elevação da construção: ventilação e expansão [Lengen, 2004].

(iv) *Modulação*. A construção das edificações segundo um módulo de métrica constante, que se aproxima sempre dos três metros que é recorrente nas construções estudadas, deriva e resulta da disponibilidade de material, da economia de recursos e de uma sistematização da construção, todos eles argumentos de uma racionalidade da edificação.



Fig. 017 - Modelo tridimensional de habitação e fotografia de materiais para a construção de uma casa, tipo “kit”.

(v) *Portabilidade*. Tenreiro refere a portabilidade como uma característica das habitações “indígenas”, em que a casa poderia ser desmantelada e transportada para local distinto (1961, pp. 124-125)¹⁹. Também Aguiar (1989: p. 444) descreve que durante as disputas de terras para o cultivo de cacau no século XIX, “*homens hábeis lhes mudam de sítio as frágeis casas de madeira*”. No entanto, ainda que actualmente não seja possível determinar se esta abordagem poderá sequer constituir uma característica real, inconsciente ou até intencional, recolheram-se testemunhos na Praia Melão (perto da cidade de São Tomé) de que com a alteração da linha de costa, os habitantes da beira-mar moveram as suas habitações para localizações mais protegidas. Em entrevista foi também referido que a casa “*era um quartinho, depois*

18 Várias descrições apontam a cidade de São Tomé como um local insalubre de extensas áreas pantanosas, que viriam a ser aterradas no início do século XX.

19 Não é claro se esta referência de Tenreiro advém de testemunho local ou se estabeleceu um paralelismo aos palheiros portugueses da costa atlântica, onde essa característica era assegurada e usufruída (Oliveira, Galhano, 2003): o sistema construtivo dos palheiros era especialmente adaptado à sua mobilidade, em que a independência entre estacas de fundação e estrutura superior permitiriam a substituição e deslocação.

alargaram, depois levantaram” e que *“para levantar é preciso muita gente”* (Edina, 25 anos, habitante do Riboque), indiciando que à casa está associado algum grau de flexibilidade (ou até de mobilidade) que permita a reacção a alterações no contexto de implantação.



Fig. 018 - Exemplo de construção em madeira, elevada do solo (alçados), Roça Boa Entrada, São Tomé, 2010.

(vi) *Improviso e engenho nos materiais e sistemas construtivos*. Economia e racionalização, ainda que exigências de um contexto de escassez de recursos económicos, podem constituir características de uma utilização eficiente dos meios disponíveis, na selecção e manipulação dos materiais, sistemas construtivos, tipologias ou estratégias de assentamento. Além de detectadas algumas iniciativas de utilização de recursos locais e de reutilização de desperdícios, o potencial destas abordagens poderá ainda ser explorado e desenvolvido.



Fig. 019 - Exemplos do uso de materiais locais: (a) pedra vulcânica para embasamento da habitação, (b) aparas de madeira e cana para delimitação do lote, (c) sombreamento com folhas de palmeira. Ilha de São Tomé.



Fig. 020 - Exemplos de reutilização de materiais: (a) malha de tiras de alumínio, (b) anilha de carica, (c) anilha impermeabilizante de chinelo.

Interpretações e Referências

Não tendo sido descobertas nesta investigação provas irrefutáveis de relação directa entre a arquitectura popular são-tomense e arquitecturas de outros territórios africanos ou portugueses, podem contudo lançar-se especulações de afiliações e salientar aspectos para interpretação.

Resiliência de um legado africano

É extensa a dificuldade em determinar quanto do existente na contemporaneidade poderia eventualmente corresponder a uma herança de vestígios de culturas tradicionais africanas, que são por si só também escassamente documentadas. No entanto, e ainda que as condições históricas não tenham sido propícias à preservação de um legado tradicional africano e que muitos deles se tenham perdido, eventualmente alguns vestígios ou remanescentes poderão ter sobrevivido até à actualidade.

Em São Tomé e Príncipe, vários factores contribuíram para a minimização das referências tradicionais africanas: tanto a subjugação dos trabalhadores africanos num contexto colonial, como a miscigenação de trabalhadores de diferentes tribos e etnias africanas ou de outras proveniências, dificultaram o reagrupamento de indivíduos com as mesmas afiliações étnicas e, portanto, a disseminação de conhecimentos endógenos e tradições a elas associadas. Ainda que o período entre o ciclo do açúcar e o do café e cacau tenha permitido uma maior liberdade para os habitantes locais se organizarem e se implantarem no território, as sucessivas mutações nas relações socioeconómicas dificilmente terão permitido uma estabilidade necessária à transmissão duradoura de conhecimento entre gerações.

Adicionalmente, no êxodo das populações rurais para o tecido urbano, e em especial para conformar áreas de urbanização espontânea, são misturados traços do rural e do informal, numa diluição de fronteiras que configura um território cada vez mais híbrido. Sobrepõem-se lógicas rurais e urbanas, mimetizam-se mutuamente e mesclam-se, adoptando modelos de diferentes realidades. No presente, a preponderância e acessibilidade de tecnologias importadas - como o tijolo vazado, o bloco de cimento ou o varão de aço para pequenas utilizações de betão armado - tem reduzido o recurso a sistemas tradicionais, nomeadamente ao uso de materiais locais de origem natural. A simplicidade das construções leva ainda a que se possam assemelhar a tipologias de outros locais sem que se tenha processado qualquer contacto cultural.



Fig. 021 - Invulgar exemplo de construção popular com cobertura parcialmente vegetal: (a) fotografia da construção, (b) pormenor de uso de folha de palmeira na cobertura. Roça da Boa Entrada, Ilha de São Tomé, 2010.

No entanto, e ainda que possam não corresponder a vínculos inquestionáveis, existem diversos aspectos que interessa salientar, e que constituem pontos de convergência com arquitecturas populares de outros territórios africanos.

(i) *A efemeridade*. Ki-Zerbo (2006) refere a mobilidade, uma não fixação ou transumância, como um traço importante da cultura africana pré-colonial e justificação para a especifici-

dade da evolução dos estabelecimentos humanos em África através da efemeridade das suas construções. Esta posição suporta a ideia de que o edificado pode reflectir uma economia de recursos, não apenas por necessidade devido à escassez, mas também pela uma relação estabelecida com a habitação, de maior dinâmica e transitoriedade. A casa não surge assim como uma âncora de fixação, mas antes como um mecanismo vivo que acompanha as dinâmicas de vida e se adapta a elas.

(ii) *A integração no meio.* A implantação no território por meios pouco intrusivos, numa “fugaz imposição do homem às condições ambientais” (Tenreiro, 1961: p. 123) constitui também uma forma de contenção da intervenção humana, em que a natureza se sobrepõe à cultura, para o que poderão também contribuir influências de índole simbólica, que se reflectem na postura face ao contexto de implantação.

(iii) *A modulação.* O ritmo, a métrica e os padrões constituem temas e características que são frequentemente estudados no conhecimento tradicional africano, nomeadamente em estudos de etnomatemática²⁰, antropologia ou até arquitectura²¹. A relação entre as partes e o todo constitui o princípio que fundamenta uma percepção abrangente do mundo, baseada numa complexa mas coerente interconectividade, sendo um aspecto que poderá eventualmente reflectir-se no ambiente construído actual.



Fig. 022 - Ilustrações de assentamento costeiro no Benim. Togbin, Cotonou, Benim [Frédéric Aubry Jr., in Guindani, Doepper, 1990: 127, 129].



Fig. 023 - Palafitas no Lago Nokwé. Ganvié, Cotonou, Benim [Miles Danby in Oliver, 1978: 36].



Fig. 024 - Pirogas, STP.



Fig. 025 - Conjunto de habitações elevadas do solo. Neves, Ilha de São Tomé, 2010.

(iv) *As afiliações.* Ao longo dos vários ciclos económicos, a posição geoestratégica do arquipélago constituiu um factor importante no uso e povoamento do seu território, estando em permanente contacto com importantes entrepostos como Mina (actual Ghana, in

20 A etnomatemática surge como ramo disciplinar onde se questiona a preponderância ocidental nas concepções do conhecimento, demonstrando outros contributos de negligenciado mérito. Cláudia Zaslavsky (1999) aponta a ideia de modulação e quantificação enquanto estratégia de estruturação da percepção do mundo e do quotidiano, o papel dos padrões nesse estudo e nessa percepção, e a sua capacidade de produzir raciocínios de relevante complexidade.

21 Veja-se, o texto de Ryan Finch “*Adaptation: Developing an Afrocentric Architectural Theory*”, 2008.

Santos, 1990) ou São João Baptista de Ajudá (actual Benim) de rotas comerciais para troca de mercadorias e tráfico de escravos de vários pontos do continente africano. A extensão das rotas atlânticas para o Brasil e as Antilhas, assim como as viagens para a Índia, alargaram a rede de ligações a que São Tomé e Príncipe pertencia, sendo natural que tivesse também havido algum tipo de transferência arquitectónica, ideológica ou imagética entre estes pontos (Figs. 022-025).

Desta forma, e ainda que não seja provada uma transposição directa de influências, o elo de ligação deste pequeno arquipélago ao continente africano está muito presente na história da evolução deste território, quer através da mão-de-obra nos diferentes ciclos económicos, quer nas relações socioeconómicas de períodos mais recentes. A independência e o estreitamento dos laços panafricanos dela decorrentes, assim como as relações de cooperação ou a diáspora são-tomense contemporânea, constituem ainda mecanismos que reforçam algumas dinâmicas de ligação. O percurso de São Tomé e Príncipe estabelece assim algum paralelismo relativamente ao processo de modernização do continente africano: a permeabilidade à assimilação de tecnologias ocidentais e a sua aculturação contribuem para a materialização de uma africanidade plural e dinâmica, materializada também no ambiente construído.

Assimilação de referências coloniais e europeias

Da mesma forma e em simultâneo, as referências coloniais estão também muito presentes na conformação do território são-tomense, sendo perceptível a semelhança de alguns elementos da arquitectura popular a referências da arquitectura colonial. Esta aproximação é mencionada também por vários autores, destacando alguns factores de convergência, que se estendem da organização funcional a detalhes construtivos.

(i) A *“ruralidade”*. O uso dos espaços e os fins a que se destinam constituem um dos pontos salientados por Tenreiro (1961, p. 127-128) nas descrições das habitações, notando a característica comum de uma grande proximidade na relação dos habitantes com o meio em que vivem, a sua forma de subsistência e a função representativa da habitação perante a sua envolvente social e espacial. Ainda que a visão de Francisco Tenreiro seja imbuída do espírito luso-tropicalista de Gilberto Freyre, a sua afirmação de que *“a casa típica de São Tomé faz lembrar, e muito, a casa rural do interior norte de Portugal”*, salienta elementos da casa são-tomense que não são muito recorrentes em culturas africanas, mas que se aproximam das europeias e em especial, pela sua singeleza, de casas portuguesas mais modestas. Aponta assim características como o investimento no desenho e ornamentação do portão, assim como a importância e representatividade adquiridas pela escada exterior ou pela varanda, enquanto elementos de transição entre os domínios público e íntimo, e indícios de uma especial dedicação da construção da representatividade do espaço privado.

(ii) *Apropriação do sistema construtivo e do detalhe*. Sustentando a ideia de uma assimilação de referências coloniais e europeias, a transposição de elementos do sistema construtivo parece materializar esse elo de ligação. Este possível mecanismo de apropriação parece estender-se da importação da volumetria até ao detalhe²², existindo

22 Alguns elementos tipológicos e ornamentais poderão ter sido importados para a arquitectura portuguesa em São Tomé e Príncipe a partir de outros referentes europeus, como o defende José Manuel Fernandes: *“Este tipo de construção é originário do centro e norte da Europa, e justificado no arquipélago quer pela época histórica das roças (transição*

assim semelhanças ao nível quer da estrutura, quer de acabamentos e ornamentação, que são descritos em referências bibliográficas (Tenreiro, 1961; Guedes *et al.*, 1987; Fernandes, 2005) e detectados nos levantamentos arquitectónicos realizados na investigação em curso.



Fig. 026 - Pormenor da cobertura da Casa Grande, Roça Boa Entrada, Ilha de São Tomé.



Fig. 027 - Pormenor da cobertura de habitação informal, Roça Boa Entrada, Ilha de São Tomé.

(iii) *Tipologias coloniais: coberturas de águas desfasadas*. Um caso paradigmático desse processo de assimilação é a tipologia de coberturas de águas desfasadas, localmente designada por “quinto centenário” e de extensa utilização actual. Este desenho nas coberturas do edificado ter-se-á propagado através das tipologias habitacionais criadas com a urbanização da cidade de São Tomé de meados do século XX, estendendo-se posteriormente por construções de fins e materiais diversos: “começou em muralha, terminou em tábuas²³”, explicitando que a tipologia de “quinto centenário é de tempo de colono, quando revolução estava a rebentar foi quando surgiu” (Sr. Argentino, morador do Riboque²⁴). Desta forma, a ideia de uma assimilação de referências não constitui apenas uma especulação a partir de indícios, mas assume por vezes o carácter de mecanismo identificado e reconhecido.



Fig. 028 - Tipologias modernistas de urbanização da Cidade de São Tomé. [ICT]



Fig. 029 - Habitação popular, Roça Boa Entrada, Ilha de São Tomé, 2010.

dos séculos XIX-XX, quando o «chalé» era uma moda da habitação unifamiliar europeia), quer pela sua capacidade de adaptação a regimes climáticos de alta pluviosidade (factor condicionante, mas não determinante). Factor mais decisivo seria o acesso a materiais de construção pré-fabricados, fruto da indústria europeia, que o transporte por via marítima encorajava (...)" (2005, p. 43).

23 A designação de “muralha” é atribuída localmente às construções de alvenaria (de tijolo ou pedra) e “tábuas” às construções de madeira.

24 Testemunho recolhido durante as entrevistas ao abrigo da investigação em curso.

Notas Finais

A conformação do contexto pós-colonial reúne contributos múltiplos, que se estendem do projecto colonial e das ligações ao continente africano, até ao mais recente processo de construção da identidade independente e da actualidade. Desta forma, a sociedade e o território actuais reflectem esse processo de assimilação e apropriação destas participações de fontes diversificadas, compondo um produto de miscigenação.

Esta noção não é nova nem exclusiva dos contextos pós-coloniais: herdando a ideia de *mundialização* (ou o desenho de um sistema baseado na integração económica de múltiplos pontos geográficos inter-relacionados) - que está presente já desde as mais antigas trocas comerciais e explorações territoriais, e que foi aperfeiçoada com os impérios coloniais - a actual *globalização* aprofundou o impacto nos domínios de interacção, levando os processos de contacto e assimilação a uma nova escala. Actualmente, nesta era de massificação da informação e do consumo - onde ideias, produtos e tecnologias circulam livremente - intensificam-se os meios e mecanismos de assimilação e recombinação entre local e global, conformando uma *cultura-mundo* (Lipovetsky, 2008). Desta forma, a compreensão da realidade actual implica o reconhecimento dessas múltiplas afiliações que constituem o seu processo de construção e que é especialmente visível na cultura de massas. Desta forma, e de modo a compreender intimamente as presentes sociedades, a actual hipermodernidade exige que se ultrapassem ilusões e dicotomias de erudição/populismo, em que a visão da cultura popular oscila entre a miserabilização e a heroicização, para permitir que se aprofundem as questões verdadeiramente essenciais - estruturais, funcionais e simbólicas²⁵ - que compõem a sociedade e todos os seus mecanismos de interacção com a sua envolvente. Esta atitude implica não só a necessidade de evitar o juízo de valor - para focar antes nos processos de conformação das características existentes, as suas causas e interacções - como também de encarar a ideia de *miscigenação* como um processo positivo e dinâmico de interacção e de criação de laços.

O processo de miscigenação e assimilação é com recorrência interpretado como um mecanismo de subversão de sistemas formais de transmissão de conhecimento, numa tentativa de identificação de linhagem ou afiliação de referência. No entanto, a visão deste processo enquanto dinâmica de interacção, que reúne múltiplos contributos, constitui não só uma abordagem mais enriquecedora e completa, como também uma necessidade da actualidade. No domínio do ambiente construído, a arquitectura popular representa também uma materialização desse processo de assimilação, implantada entre a tradição e a informalidade. O extenso peso da arquitectura popular no contexto do edificado global²⁶ torna-se cada vez mais um dado incontornável, demonstrando que qualquer estratégia de desenvolvimento que se pretenda durável necessita analisar esse âmbito, sem preconcepções nem preconceitos, observando o potencial de estratégias das diferentes afiliações.

Assim, focando no caso de São Tomé e Príncipe que é paradigmático desse processo de *miscigenação*, neste texto pretendeu-se explorar de que forma se poderia materializar uma leitura desses mecanismos de assimilação e que constrangimentos e potenciais representariam. Pretendeu-se assim demonstrar que a partir dos indícios actuais e dos registos passados será possível intuir contributos de diversas referências, assim como os mecanismos

²⁵ Veja-se o contributo de Richard Hoggart neste campo (Passeron, 1999).

²⁶ Paul Oliver, embora salvaguardando as lacunas de registos, estima que a arquitectura vernacular represente cerca de noventa por cento do número total de construções (*in* Asquith, Vellinga, 2006, p. 1).

para a sua reinterpretação e assimilação. Adicionalmente, e do ponto de vista operativo, o objectivo foi o de propôr que esse estudo de heranças, processos, origens e repercussões possa servir de base à construção de chaves de leitura, compreensão e interpretação da actualidade (relação entre sociedade e território, entre dinâmicas socioeconómicas e o espaço onde interagem).

Esse processo implica também o reconhecimento de que, se “tradição” e “informalidade” constituem aspectos inter-relacionados no domínio da arquitectura popular em contextos em desenvolvimento, é necessário distinguir o que constitui carácter de precariedade (que necessita de colmatação) e os mecanismos de interacção (que podem constituir potenciais a ser explorados). Desta forma, pode ser criada a oportunidade de fortalecer as dinâmicas positivas, como os recursos humanos existentes e as formas de transmissão e assimilação de conhecimento, o empreendedorismo individual e colectivo, a produção e utilização de recursos locais, assim como a relação entre as características socioeconómicas e as formas de vivência do espaço.

Assim, superado o receio de perda de *uma tradição*, para suportar a construção de *renovadas tradições*, defende-se um processo de síntese que concilie contributos tanto da modernidade como de tradições - uma “*terceira via*” (Távora, 1947), operada “*entre o adobe o aço inox*” (Forjaz, 1999) - materializando uma atitude sensível às heranças mas permeável à assimilação de novos contributos, em constante actualização.

Referências bibliográficas

- AA.VV. (1910). *O cacau de S. Thomé. Resposta ao relatório da missão Cadbury, Burt e Swan nas Províncias de S. Thomé e Príncipe e de Angola em 1908*. Lisboa: Typographia d'«A Editora».
- Aguiar, Armindo (1989). “As Migrações na Génese da Nacionalidade Santomense”. *I Reunião Internacional de História de África. Relação Europa-África no 3.º quartel do Séc. XIX. Actas*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Instituto de Investigação Científica e Tropical.
- Albuquerque, Luís (1989). *A Ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI*. Biblioteca da Expansão Portuguesa. Lisboa, Publicações Alfa.
- Asquith, Lindsay & Vellinga, Marcel - ed. (2006). *Vernacular Architecture in the Twenty-First Century*. London, New York: Taylor & Francis.
- Castelo, Cláudia (1998). *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Biblioteca das Ciências do Homem. Edições Afrontamento.
- Coquery-Vidrovitch, Catherine (1988). *Africa: endurance and change south of the Sahara*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press.
- Coquery-Vidrovitch, Catherine (2005). *The history of African cities south of the Sahara: from the origins to colonization*. Princeton: Markus Wiener Publishers.
- Fanon, Frantz (2001 (1961)). *The Wretched of the Earth*. London: Penguin Classics.
- Fathy, Hassan (2009 (1973)). *Arquitectura para os pobres: uma experiência no Egípto rural*, Lisboa: Argumentum, Dinalivro. (Original: *Architecture for the poor: an experiment in rural Egypt*, Chicago: The University of Chicago Press, 1973).
- Fernandes, José Manuel (2005). *Arquitectura e Urbanismo na África Portuguesa*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

- Figueiredo, António Manuel & Costa, Carlos S. (2009) *Do subdesenvolvimento. Vulgatas, rupturas e reconsiderações em torno de um conceito. Antologia e roteiro crítico*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.
- Finch, Ryan T. (2008). “*Adaptation: Developing an Afrocentric Architectural Theory*” [consultado a 14.01.2011 em <http://www.disquisit.com/>].
- Forjaz, José (1999). *José Forjaz - entre o adobe e o aço inox*. Lisboa: Caminho.
- Guedes, Manuel Sousa; et alia (1987). *Inventário do Património Edificado de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Fundação Amaro da Costa (não publicado).
- Guindani, Silvio; Doepper, Ulrich (1990). *Architecture Vernaculaire: territoire, habitat et activités productives*. Lausanne: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes.
- Henriques, Isabel Castro (1989). O ciclo do açúcar em São Tomé nos séculos XV e XVI. in Albuquerque L. ed. *Portugal no Mundo*. - vol. I. Lisboa: Publicações Alfa.
- INE (2003), “Características e Condições da Habitação”, *Recenseamento Geral da População e Habitação 2001*, São Tomé e Príncipe: Instituto Nacional de Estatística.
- Ki-Zerbo, Joseph (2006). *Para quando África? Entrevista c. René Holenstein*. Porto: Campo das Letras.
- Langen, Johan van (2004). *Manual do arquiteto descalço*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto.
- Levi-Strauss, Claude (1962). *La pensée sauvage*. Paris: Librairie Plon.
- Lipovetsky, G., Serroy, J. (2008). *La Culture-Monde: réponse à une société désorientée*. Paris: Odile Jacob.
- Maalouf, Amin (2000). *On identity*. London: Vintage.
- Machado, José Pedro (1989 (1952)). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol.V. Lisboa: Livros Horizonte.
- Mantero, Francisco (1911). *Portuguese planters and British humanitarians. The case for S. Thomé*. Lisboa: Redacção da Reforma.
- Martins, A. C.; Albino, T., coords. (2010). *Viagens e missões científicas nos trópicos: 1883-2010*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Miller, Joseph C. (1997). “O Atlântico escravista: açúcar, escravos e engenhos.” *Afro-Ásia* (19/20), pp. 19-36.
- Nascimento, Augusto (2008). *Atlas da Lusofonia: São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Prefácio.
- Negreiros, Almada (1895). *Historia Ethnographica da Ilha de S. Thomé*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand - José Bastos.
- Oliveira, Ernesto Veiga & Galhano, Fernando (2003). *Portugal de perto. Arquitectura Tradicional Portuguesa*, 5.ª edição, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Oliver, Paul (2006) *Built to meet needs: cultural issues in Vernacular Architecture*. Oxford: Elsevier.
- Oliver, Paul - ed. (1998). *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Oliver, Paul (1978). *Shelter in Africa*, London: Barry & Jenkins Ltd.
- Passeron, Jean Claude (1999). *Richard Hoggart en France*. Paris: Centre Georges Pompidou.
- Portas, Nuno (2005). “Arquitectura integrada?”, in *Arquitectura(s). História e Crítica, Ensino e Profissão*, Série 2. Argumentos (23), Porto: FAUP Publicações. (Orig.: in *Jornal de Letras e Artes*. Ano II, n.º 84 (08.05.1983), p. 8).
- PNUD (2008). *Rapport national sur le développement humain à São Tomé e Príncipe: la problématique de lla terre et le développement humain durable*, São Tomé e Príncipe: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

- Rudofsky, Bernard (1987). *Architecture Without Architects: a Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- Santos, Maria Emília Madeira (1990). *Rotas Atlânticas, o caso da carreira de S. Tomé*, Lisboa: Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Seibert, Gerhard (1998). A Questão da Origem dos Angolares de São Tomé. *Brief Papers*, CEsA (5/98).
- Távora, Fernando (1947). O problema da casa portuguesa, in Trigueiros, L., (1992), *Fernando Távora*, Blau.
- Tenreiro, Francisco (1953). Descrição da ilha de S. Tomé no século XVI?. *Garcia de Orta*. Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, vol.1 (n.º 1): pp. 220-228.
- Tenreiro, Francisco (1956). *As ilhas de São Tomé e Príncipe e o território de São João Batista de Ajudá*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Tenreiro, Francisco (1961). *A ilha de São Tomé*. Lisboa: Ministério do Ultramar.
- Velho, Luís Baptista D'Assumpção (1907). *As nossas províncias ultramarinas de S. Thomé e Príncipe e Angola sob o ponto de vista da aclimação portuguesa (Algumas palavras sobre pathologia e hygiene coloniaes e colonisação)*. Porto: Imprensa Social.
- Zahar, Renate (1974). *Frantz Fanon - Colonialism and alienation*. New York: Monthly Review Press.
- Zaslavsky, Claudia (1999). *Africa counts: number and pattern in African cultures*. Chicago: Chicago Review Press.

Referências cartográficas

- Carta do Príncipe. Levantamento Aerofotogramétrico* (1962). Escala 1:25 000. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Ministério do Ultramar.
- Carta da Ilha de S. Tomé* (1961). Escala 1:75 000. Lisboa: Papelaria Fernandes. Centro de Geografia do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, Ministério do Ultramar.
- Carta de S. Tomé. Levantamento Aerofotogramétrico* (1958). Folha n.º 2. Escala 1:25 000. Lisboa: Instituto Geográfico e Cadastral, Junta de Investigações do Ultramar, Ministério do Ultramar.

Sítios

- <http://www.priberam.pt> - *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, consultado a 21.01.2011. Este dicionário tem por base o *Novo Dicionário Lello da Língua Portuguesa*.
- http://www.ted.com/talks/lang/por_pt/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html